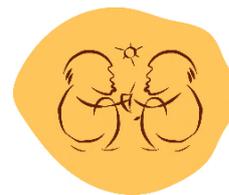


Ciência da História e Método¹



Gilberto Luiz Alves²

Ao longo da história, cada modo de produção fez germinar sua forma própria e peculiar de produzir conhecimento. Na Grécia e em Roma, expressões mais desenvolvidas do modo de produção escravista, a filosofia exerceu esse papel. Na sociedade feudal a teologia tomou tal função. Na transição do feudalismo para a sociedade capitalista se ergueu o clamor pela produção de conhecimento objetivo, voltado para o *domínio da natureza*, determinante para a emergência da ciência moderna.

Na decadência de todos os modos de produção, os pensadores representativos da *nova* forma ascendente de produzir conhecimento sempre insistiram na preocupação de evidenciar o caráter superado da *velha* forma que lhe antecederam. Nesse terreno, a experiência histórica demonstra que a conciliação nunca teve lugar. Da mesma forma que Santo Agostinho condenou a filosofia clássica em favor da teologia, também Bacon, Galileu Galilei e Descartes, entre outros, condenaram a escolástica por oposição à ascensão da ciência moderna.

A forma dita moderna de produzir conhecimento, desde sua origem, além de romper com a escolástica medieval, também celebrou a produção de um novo tipo de intelectual: o especialista. Entre os séculos XVII e XIX ela foi ampliando suas esferas de atuação, partindo da matemática, da física e da astronomia, abrangendo em seguida a biologia e a química, até a instauração das ciências sociais no século XIX. Para retomar em parte uma ideia de Bacon, no processo de produção da ciência moderna os pensadores deixaram de ser sábios quando a necessidade histórica apontou para a produção de um estudioso voltado para o domínio de uma esfera restrita do conhecimento. No século

¹ Palestra de encerramento apresentada no dia 09 de agosto de 2024 como parte da programação do III Encontro Internacional de Pesquisadores Marxistas, realizado na Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.

² Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-UNIDERP.

XIX, inclusive intelectuais conservadores passaram a reconhecer a ameaça maior do processo de especialização do saber: o especialista perdia progressivamente sua ligação com o real e via-se desprovido das condições para retornar à sua unidade no plano do pensamento.

Pouco mais de dois séculos após sua emergência, Marx condenou, igualmente, a ciência moderna, mesmo reconhecendo relevantes os frutos que produzira, sobretudo a economia política. A grandeza da ciência moderna passara a ser coisa do passado, anterior à revolução burguesa. Desde o momento em que a burguesia alcançou o poder pelo controle do Estado a atividade dos cientistas especializados deixou de ter a verdade como preocupação central.

Parece que, nem sempre, essa postura radical de Marx foi suficientemente compreendida pelos cientistas que procuram se colocar no campo inaugurado pelos seus estudos teóricos. O aspecto central da crítica de Marx à ciência burguesa encontra síntese magistral no *Posfácio da 2ª Edição de O Capital*.

A burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética. (MARX, 1988, p. 11)

Se a ciência moderna estava superada, à forma de produção do conhecimento demandada pelas novas relações sociais Marx denominou *ciência da história*, concebida como *a única ciência* (MARX, 1986, p. 23). Acentue-se que ele nunca usou em vida a expressão *materialismo histórico-dialético* como equivalente ao que chamou *ciência da história*. Essa expressão se disseminou após sua morte e, em especial, encontrou terreno fértil para se difundir no século XX por força da Revolução Soviética. De fato, o seu emprego traduz um grande desvio na forma de conceber a atividade científica, distinta do entendimento de Marx. O equívoco pode ser desvendado por uma rápida consideração de natureza epistemológica. No âmbito da teoria do conhecimento todas as epistemologias sempre colocaram e colocam o sujeito que conhece em face do objeto a ser conhecido. Todas as escolas no campo do empirismo, desde Aristóteles até o

positivismo e suas correntes contemporâneas, deram precedência ao objeto. Daí a concepção de um mundo objetivo fora do homem. Este o apreenderia por meio das sensações captadas pelos órgãos do sentido que, em seguida, seriam transformadas em ideias no cérebro. O idealismo inverte a relação ao postular as ideias como expressão do mundo real. Relembrando o mito da caverna de Platão, o mundo empírico seria constituído, tão somente, de sombras projetadas pelo mundo real, o mundo das ideias. Marx criticou ambas as posturas e colocou como aspecto central não o objeto nem o sujeito, mas a relação que se dá entre eles. Logo, designar materialista o pensamento de Marx é colocá-lo no âmbito do empirismo. Denota a fragilidade da expressão *materialismo histórico-dialético* como um todo, a própria tentativa de aplicar os adjetivos *histórico* e *dialético* ao termo inicial. Para objetivar a dificuldade, basta considerar que todas as formas de materialismo foram ou são históricas, pois expressões de seu tempo, enquanto algumas delas, como o materialismo organicista de Diderot e o materialismo de Feuerbach incorporaram a dialética.

Gramsci escreveu um acurado ensaio de crítica ao livro *A Teoria do Materialismo Histórico: Manual Popular de Sociologia Marxista*, de N. Bukarin, editado em 1921 e destinado à formação de quadros logo após a ascensão dos bolcheviques ao poder na União Soviética. Qualificou-o como manifestação do *materialismo vulgar*. Ressaltou a interpretação desviante que resultou, tão somente, numa versão positivista e degradada da concepção de Marx (GRAMSCI, 1986). A expressão materialismo histórico-dialético e a interpretação a ela associada contaminaram a Academia de Ciências da União Soviética e, como decorrência, se universalizaram pela ação dos partidos comunistas em todo o planeta.

Da discussão realizada no *Posfácio da 2ª Edição de O Capital* decorre, ainda, o reconhecimento de que a sociedade capitalista já se encontrava em decadência desde a segunda metade do século XIX. Todas as suas partes constitutivas necessariamente refletiam esse estado, daí a decadente ciência moderna ter se tornado apologética. As próprias ciências humanas e sociais nasceram no século XIX sob o sinete da decadência. Reforçando, a busca da verdade já não movia todas as ciências especializadas. Elas estavam voltadas exclusivamente para a busca de conhecimentos úteis ao capital. Para repetir Marx, os cientistas especializados tornaram-se "espada-chins mercenários". Lukács retomou essa questão apontada por Marx e escreveu um magnífico ensaio intitulado *Marx e o problema da decadência ideológica burguesa* (LUKÁCS, 1968). Vale realizar sua leitura.

Mais do que nunca, se faz premente a discussão dessa questão teórico-metodológica entre os estudiosos que pretendem fazer *ciência da história*. De minha parte, deixo claro que as restrições apontadas explicam a razão de jamais ter utilizado a expressão materialismo histórico-dialético em minhas pesquisas e em meus trabalhos científicos. Tentando seguir a senda apontada por Marx, tenho procurado fazer *ciência da história*.

A inflexão da ciência moderna burguesa para a busca do que é útil e necessário aos interesses do capital, teve como uma de suas principais marcas o aguçamento da especialização do saber. Somos todos produzidos como especialistas. E, cada vez mais, se aprofundam as especializações enquadrando os intelectuais em áreas do conhecimento mais e mais estreitas e restritas. Com isso, como já foi dito, os especialistas perdem por completo a capacidade de captar a unidade do real.

Os próprios pensadores burgueses reconheceram as ameaças que estavam por trás dessa tendência. O testemunho insuspeito de Comte dá conta de que a especialização funcionava como "influência deletéria" para o domínio do conhecimento em geral. No *Curso de Filosofia Positiva* diz ele: "é impossível não se aperceber dos inconvenientes capitais que [a especialização] engendra em seu estado atual, em virtude da excessiva particularidade das idéias de que se ocupa exclusivamente cada inteligência individual" (COMTE, 1983, p. 11). Chega a ser cômica a falsa solução prevista por Comte para superar essa limitação. Fiel à especialização, ele afirmou a necessidade de ser produzida uma nova modalidade de especialista voltada para o domínio das "generalidades científicas".

O verdadeiro meio de cessar a influência deletéria que parece ameaçar o porvir intelectual, em consequência duma demasiada especialização das pesquisas individuais, (...) consiste (...) no aperfeiçoamento da própria divisão do trabalho. Basta fazer do estudo das generalidades científicas outra grande especialidade. (COMTE, 1983, p. 12)

Nos dois últimos séculos não há notícia de que, na perspectiva do capital, a dificuldade atada à produção de conhecimento especializado ou disciplinar tenha sido superada. O nosso tempo testemunha em favor dessa afirmativa. Sucessivos modismos têm buscado por proclamadas abordagens interdisciplinares, multidisciplinares, transdisciplinares ou holísticas. Na prática, os resultados só reforçam o velho caminho da disciplinaridade e da produção de conhecimento especializado.

Esse fato é compreensível, pois os especialistas não sabem trilhar outro caminho que não seja este, praticado e reforçado já no processo de formação dos cientistas. A

universidade é a instituição que, na sociedade capitalista, tem por função formar tão somente especialistas. Essa sua finalidade é tratada como algo natural e quase não gera discussão ou questionamento. Todos os anos, dos bancos universitários jorram imensos contingentes de especialistas para o mercado.

Daí decorre um grande obstáculo que tolhe, sobretudo, os estudiosos que pretendem se colocar do campo da *ciência da história*. Reforçando, os programas de pós-graduação da universidade os formaram a todos como especialistas. Nesses programas domina com exclusividade um receituário de natureza predominantemente positivista, no seio do qual a discussão do método científico pleiteia, tão somente, as técnicas de definição de objetos, de formulação de objetivos e de levantamento, de tratamento e de análise de dados empíricos. Todo o processo de formação dos pesquisadores fica amarrado dentro dos limites de suas respectivas áreas de conhecimento.

Os muros erguidos pelas ciências especializadas, dessa forma, se antagonizam com o caminho proposto e trilhado por Marx. Para ele, o ponto de partida do pesquisador deve ser a sociedade capitalista, expressão do universal, e não a singularidade de sua área de conhecimento. Ou seja, a produção do conhecimento deve ter como ponto de partida a *totalidade*. O entendimento prévio das relações sociais vigentes é premissa angular para que o cientista construa seu objeto de pesquisa como fenômeno histórico e não como coisa.

Da especialização do saber decorrem diversas práticas desviantes no que se refere à atividade científica na universidade. Equivocadamente, movidos por propósitos honestos e boas intenções, muitos pesquisadores procuram instaurar outro caminho para a produção do conhecimento pela mera adjetivação das ciências especializadas. Daí as proposições de uma economia marxista, de uma sociologia marxista e de uma pedagogia marxista. Fala-se, até mesmo, de uma filosofia marxista. Os estudos de Marx são incorporados ao conhecimento especializado dessas áreas resultando em ecletismo e relativismo. Tais abordagens estão disseminadas. O ponto de partida continua sendo o da área especializada do estudioso. Frustra-se o fazer científico na perspectiva da *ciência da história*.

Outra prática comum na atividade científica se radica na busca de fontes para a contextualização histórica que dá significado ao objeto de pesquisa. Isso é muito importante, pois se trata da elaboração de uma representação conceitual do universal ou *totalidade*. É muito comum pesquisadores se servirem dos especialistas que, a seu ver, são as "autoridades" no desvendamento do que é a sociedade. Os economistas, os

historiadores, os cientistas sociais estariam entre eles. O pressuposto é falso e o resultado, mais uma vez, patenteia e aprofunda o ecletismo.

Portanto, discutir o método e o fazer científico para aqueles que se colocam no campo da *ciência da história* não é tarefa simples. Como foi delineado, são gigantescos os obstáculos colocados para a compreensão do *caminho* pelo qual Marx construiu sua obra, essencial para que possamos reproduzir sua prática na produção do conhecimento.

Repita-se, mais uma vez, que a nossa especialidade imbuíu nossas consciências de que ela é o ponto de partida para o entendimento da vida dos homens e da sociedade, das relações sociais enfim. Todos os especialistas estão marcados pela necessidade de valorizar sua própria mercadoria, como afirmou Marx. Ele ironizou o pressuposto do qual partem os especialistas ao falar, por exemplo, do advogado em *A Ideologia Alemã* (1986). Devemos nos lembrar que ele próprio tinha formação jurídica. Dizia que para o especialista em direito bastava uma boa lei para corrigir as mazelas do mundo. Os educadores, da mesma forma, têm depositado na educação a vã esperança de produzir um futuro melhor. Em nossos dias, os economistas se entregam a uma cruzada santa na produção dos artifícios mais estravagantes para "corrigir" os descaminhos trilhados pelas nações capitalistas. Só assistimos à reiteração dos insucessos e a intensificação dos desastres que vitimam sobretudo os desprotegidos agrupados no polo do trabalho.

O caminho do conhecimento é o inverso. O ponto de partida é a sociedade capitalista que nos permite apreender as funções sociais das áreas especializadas e dos conhecimentos que produzem. Marx amadureceu sua concepção de ciência ao buscar o entendimento das relações sociais dominantes em seu tempo. Começou pela crítica à economia política, ciência burguesa tão elogiada por ele. Contudo, ao fazer essa crítica, apontou seu caráter histórico ao reconhecer que estava superada e deixara de corresponder à necessidade do novo tempo, desde o momento em que a burguesia chegara ao poder. Cumprira seu papel histórico. O momento demandava a produção de outro tipo de ciência.

Tendo por objeto a sociedade capitalista, com o recurso da *ciência da história* Marx realizou os seus estudos e suas investigações científicas. Repetir os seus passos foi a tarefa que ele nos legou. Como primeira condição para realizá-la, o cientista precisa, pelo estudo, livrar-se da "autoridade" dos especialistas, princípio ético cultivado entre eles que castra a possibilidade de superação de sua visão estreita em direção a uma visão de mundo universal. Precisamos estudar a *totalidade* em sua plenitude, embora por dever de ofício nós, os especialistas, precisemos, também, fazer política para a conquista de quadros nas áreas de conhecimento onde produzimos. Faz-se necessária, ainda, a nossa sensibilidade para trabalhar com questões relevantes para a sociedade e não com objetos

e modismos pleiteados por pródigas fontes de financiamento oficiais ou de entidades ligadas aos oligopólios capitalistas.

Ao final, falo um pouco sobre a minha própria prática no campo da investigação científica. Espero, com isso, esclarecer alguns pontos somente esboçados no texto.

- 1) Em primeiro lugar, quanto às fontes teóricas, sempre coloquei como prioridade o estudo direto dos clássicos, em especial dos fundadores da *ciência da história*. Os intérpretes, e há alguns bons, sempre foram buscados na condição de complementos. Mas, mesmo em relação aos clássicos do marxismo nunca me senti no dever de fazer apologia aos seus escritos ou de me submeter ao princípio da autoridade. Firmei discordâncias em relação a Engels e Lenin e procurei ser fiel ao meu entendimento sobre a *ciência da história*, fundamentado sobretudo em Marx.
- 2) Em paralelo, busquei por um objeto relevante para nortear minhas investigações na área de educação. Optei pela escola pública moderna. Desde a década de 1980, por mais de 30 anos, realizei estudos e pesquisas nessa direção, pleiteando um longo período que se estende desde o século XVII até nossos dias. Os resultados estão sintetizados em artigos científicos e em três livros principais: **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836** (ALVES, 2001); **A Produção da Escola Pública Contemporânea** (ALVES, 2005) e **O Trabalho Didático na Escola Moderna: Formas Históricas** (2005), todos eles editados pela Autores Associados de Campinas. O estudo do Seminário de Olinda decorreu do reconhecimento de ter sido esse estabelecimento escolar de ensino secundário o mais avançado do Brasil na passagem do século XVIII para o século XIX. Portanto, do ponto de vista do método, por ser a forma mais desenvolvida de escola secundária no Brasil, ele contém a propriedade de explicar as formas menos desenvolvidas. Entre os clássicos, essa capacidade explicativa da forma mais desenvolvida é expressa por Engels ao afirmar que a anatomia do homem é a chave explicativa para a anatomia do macaco. Na contextualização histórica do Seminário de Olinda, emergiu a necessidade de estudar as formas de manifestação do iluminismo no Brasil Colônia e em Portugal. Para tanto, fui tangido a examinar as formas mais desenvolvidas desse movimento ideológico, que se expressaram na França e na Inglaterra. A análise permitiu-me explicitar as características universais do iluminismo e as formas singulares de sua realização na França, na Inglaterra, em Portugal e no Brasil Colônia.

- 3) Quando à revisão de literatura, busquei realizar o exame exaustivo da historiografia relativa à escola pública moderna, não para tomar como autoridades os estudiosos que me antecederam, mas para incorporar contribuições relevantes e apontar claramente as limitações das interpretações especializadas. Poucas vezes essas interpretações levam em conta as determinações da base material e as funções concretas que a escola desempenha no interior da sociedade capitalista, ou seja, da *totalidade*. Em meus escritos e falas, procurei conferir tom respeitoso a todas as polêmicas travadas com estudiosos acadêmicos de quem eu discordava. Também em relação aos meus alunos, orientandos e leitores busquei cumprir o dever de esclarecer plenamente minhas descobertas e justificar concordâncias e discordâncias com meus interlocutores. Tenho procurado escrever para os estudantes e aqueles que estão em processo de formação com linguagem clara sem fazer concessão aos modismos e ao vocabulário hermético que avassalam o mundo acadêmico e os eventos científicos.
- 4) Recentemente, ampliei meus objetos de investigação. Depois de ter concentrado por décadas minhas pesquisas sobre a escola pública moderna, alarguei meu interesse para objetos ligados à cultura. Artigos científicos e o livro **Cultura e Singularidades Culturais** (ALVES, 2021), evidenciam a forma pela qual tenho estudado as práticas culturais sul-mato-grossenses, enquanto singularidades que expressam necessariamente o universal, a *totalidade*. As artes plásticas, as festas, o artesanato, em especial a cerâmica indígena, e a economia sul-mato-grossense têm sido estudados sob a ótica da *ciência da história*.
- 5) A aposentadoria produziu tempo para que eu me ocupasse de outras frentes que não a investigação da educação e da cultura. Terminei de escrever um livro de ficção intitulado "Era uma vez no Pantanal: uma saga transfronteiriça". Observando o mandamento de Gabriel Garcia Marques, para quem a função social do escritor é contribuir para que o homem conheça as relações sociais que o cercam e, assim, se conheça, traço o percurso e as vicissitudes de uma família de imigrantes paraguaios desde sua chegada a Mato Grosso, no início do século XX, até a década de 1980.
- 6) Tento ser fiel à primazia das categorias científicas da *ciência da história*. Isso me obriga a falar sobre algumas reservas em relação a certos tipos de produção muitas vezes pretensamente filiados ao marxismo. Embora reconheça que as diferenças de gênero e de raça, entre outras, justificam as lutas dos movimentos de questão única, vejo em muitas análises de estudiosos vinculados a esses

movimentos a omissão da luta de classes. Brancos, às vezes, passam a ser tratados como adversários dos negros e dos indígenas. Ou os homens são vistos, basicamente, como exploradores das mulheres. Essas interferências ideológicas apequenam e mutilam a produção científica. O mesmo pode ser dito em relação à questão ambiental, quando, muitas vezes, um homem abstrato é tratado no discurso ambientalista como o responsável pela destruição da natureza. Inexiste, nessa abordagem, a relação social primordial chamada capital. Portanto, são ignorados os determinantes da questão ambiental no interior da sociedade em nosso tempo. Nas lutas ideológicas em curso, as questões únicas quando praticam esses desvios deixam em segundo plano ou omitem o conceito de classes sociais. Nesse quadro, a *ciência da história* não tem espaço nem se assiste à responsabilização do capital, o verdadeiro agente da destruição, das desigualdades e da produção dos preconceitos. Observando a sociedade, há um imenso contingente de brancos explorados pelo capital, tanto quanto negros, indígenas, amarelos e todos os gêneros. Mas, dentre todos esses entes, também há os que encarnam a exploração do capital, contra o qual a luta substantiva deve ser dirigida. Não vejo a possibilidade de a mulher nem os explorados pelo capital conquistarem a igualdade enquanto a sociedade de classes persistir. É essa sociedade também que, movida pelo capital, destrói o ambiente. É ela que produz as diferenças e os preconceitos. Luta radical é aquela a ser travada na perspectiva de que todos, sem distinções, nos tornemos cidadãos plenos: brancos, índios, negros, homens, mulheres e membros de outras minorias. O único meio de destruição dessas diferenças e dos preconceitos que as acompanham é a transformação social; é a busca por uma nova sociedade que não mais as produza. Os movimentos de questão única quando perdem essa baliza da luta mais substantiva, ao tentar fortalecer "sua própria luta" atomizam e fragilizam o campo das forças que deveriam estar comprometidas com a transformação social.

- 7) Entre os educadores que se colocam no campo do marxismo, vejo também o domínio do estudo da educação reduzido ao campo da ideologia, tendência que omite, de fato, o *trabalho* como categoria científica angular. Diversamente, o grupo de pesquisa do qual faço parte coloca a centralidade na categoria trabalho para entender a relação educativa, daí ter elevado ao primeiro plano, em suas análises, a organização técnica do trabalho na educação e na escola.
- 8) Por fim, por ser expressão do ponto de partida da pesquisa científica na perspectiva da *ciência da história*, vale fazer uma tentativa de configurar em

linhas gerais o que é a sociedade capitalista, a *totalidade*, em nosso tempo. Começo por afirmar que o capitalismo, sociedade de classes onde domina o antagonismo entre capital e trabalho, se encontra num profundo processo de estagnação e decadência. Da mesma forma que nos modos de produção que lhe antecederam, sua decadência está sendo sinalizada pelo comprometimento da produção da riqueza, pela ampliação do parasitismo e pela impossibilidade de as instituições existentes continuarem a exercer as funções que lhes deram origem. A existência do próprio capital já é discutível. A quantidade imensa de dinheiro acumulado nos bancos revela incapacidade de seu retorno à produção. Só uma pequena parte se volta para a finalidade de produzir riqueza. Somente essa pequena parcela, estimada em 20% do total, pode ser chamada de capital. A maior parte do dinheiro, em torno de 80%, é encaminhada aos paraísos fiscais e à especulação. Essa imensa fatia do dinheiro disponível nos bancos, diante da impossibilidade de voltar à produção, ao alimentar exclusivamente a especulação faz a sociedade tomar a aparência de um cassino. Na sociedade dita capitalista já não domina a produção da riqueza, mas o seu contrário, a destruição da riqueza. Grandes contingentes de força de trabalho foram alijados da produção e, também, já não têm condições de a ela retornar. O desemprego e o subemprego se avolumam, sinalizando a destruição da força de trabalho. A destruição também se alastra para o ambiente, onde a ciência burguesa especializada cria conhecimento para justificá-la. Com esse objetivo, por exemplo, foi inventado o abusivo e falso conceito de desenvolvimento sustentável. Eis um paradoxo: como uma sociedade insustentável pode gerar desenvolvimento sustentável? A decadência da sociedade capitalista também se manifesta no incremento avassalador da fome e sua disseminação pelo mundo, inclusive nas nações mais ricas (ZIEGLER, 2002). A indústria de guerra, maior expressão do caráter destrutivo assumido pelo capitalismo em nossos dias, é um dos principais sustentáculos desse moribundo modo de produção fundado na destruição da riqueza e no desperdício. No senso comum existe a impressão que a sociedade evolui com constância. O próprio desenvolvimento tecnológico é tomado como um indicador desse pretenso fato. Não é o que ocorre. Mais do que nunca a queda tendencial da taxa de lucro, lei fundamental do capitalismo anunciada por Marx ao estudar a natureza do processo de acumulação, demonstra que a produção da riqueza empacou e observa um ritmo descendente nos últimos 150 anos (CARCHEDI, 2017). A tecnologia mais avançada não pode ser incorporada à produção, pois inviabiliza o lucro. A sociedade não melhorou em decorrência do desenvolvimento tecnológico. Estagnada, ela vem assistindo ao avanço de sua

dissolução. Daí a agitação da extrema direita, suas ameaças e violências em todo o planeta. Isso representa, tão somente, a agonia dos desesperados e deixa claro que as condições objetivas da transformação estão suficientemente maduras para a construção de uma nova sociedade. Em linhas gerais é assim que vejo a sociedade capitalista, a *totalidade*, em nossos dias. E, para ser fiel aos mandamentos da *ciência da história*, reitero, é desse ponto de partida que realizo as minhas investigações no presente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. L. *Cultura e Singularidades Culturais*. Curitiba, PR: Editora CRV, 2021.
- ALVES, G. L. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. 2.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- ALVES, G. L. *A Produção da Escola Pública Contemporânea*. 3.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- ALVES, G. L. *O Trabalho Didático na Escola Moderna: Formas Históricas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- CARCHEDI, Guglielmo. O Esgotamento da Atual Fase do Capitalismo. Disponível em: <http://resistir.info/crise/carchedi_04jan17.html>. Acesso em: 16 fev. de 2024.
- COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. In COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva; Discurso sobre o Espírito Positivo; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista*. Trad. de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2. ed. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983. p. 1- 39. (Os Pensadores)
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1986.
- LUKÁCS, Georg. Marx e o Problema da Decadência Ideológica. In LUKÁCS, Georg. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política (Livro 1 - O Processo de Produção do Capital)*. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1988. v. 1.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: (I - Feuerbach)*. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5.ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 1986.
- ZIEGLER, J. *A Fome no Mundo Explicada a Meu Filho*. Trad. de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002).



www.icgilbertoluizalves.com.br/